

Ata da 78ª Reunião Ordinária da

Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima – CIMGC realizada em 05 de fevereiro de 2014, 4ª feira, no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 2º andar, Sala dos Conselhos, Brasília, DF

Membros Participantes

1. Beatriz Soares – Ministério da Fazenda
2. Fernando Araldi – Ministério das Cidades
3. Gustavo Luedemann – Secretário Executivo da CIMGC
4. Josana de O. Lima Esser – Ministério do Meio Ambiente
5. Márcio Rojas da Cruz – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
6. Mônica Libório – Ministério dos Transportes
7. Felipe Ferreira – Ministério das Relações Exteriores
8. Marcos Antonio P.O. Silva – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Outros participantes

1. Andréa Nascimento de Araújo – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
2. Flavia W. Frangetto – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
3. Jerônima Damasceno – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
4. Sonia Regina Bittencourt – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
5. Mario Henrique Rodrigues Mendes – Ministério do Meio Ambiente
6. Luis Fernando Badanhan – Ministério de Minas e Energia
7. Hugo Cesar Alves da Silva – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
8. Ricardo M. A. da Costa – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
9. Ricardo R. P. Silva – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
10. Valdir Borges S. Júnior – Ministério de Minas e Energia
11. Susanna E. Busch – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

1. Abertura da Reunião

O Secretário Executivo da Comissão iniciou a 78ª reunião ordinária da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC) às 14h45min, comentando de pronto a respeito da verificação no Regimento Interno da CIMGC de ausência de previsão de quorum mínimo para início da reunião. Informou poder ser retomado eventual assunto caso a chegada de integrante o suscitasse. Solicitou aos presentes a meta de fazer uma reunião na qual todos tentem ser expeditos, entre outras razões, pelo fato do Representante do MRE ter que estar em outro compromisso às 17:00. Escusou-se pelo fato da pauta ter sido enviada em cima da hora, por força de inúmeras demandas e necessidades de providência recaindo sobre a Secretaria Executiva da CIMGC.

Perguntou se a pauta poderia ser aprovada nos termos propostos. Não houve objeção.

Aprovação da Ata da 77ª reunião ordinária da CIMGC.

Dando prosseguimento aos trabalhos, o Secretário Executivo passou à aprovação da ata objeto de aprovação.

A ata foi aprovada e em seguida o Secretário Executivo passou ao próximo ponto de pauta, apreciação dos projetos, convidando o representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para expor os detalhes das avaliações dos projetos.

2. Projetos em revisão cujos proponentes apresentaram resposta ao ofício em conformidade com a Resolução nº 05 da CIMGC

2.1 448/2013 – Projeto da Hidrelétrica de Inxú (Of. 822/2013 de 14/10/2013, com resposta em 26/11/2013)

Após discutir sobre a situação do projeto, de reunião presencial ter sido realizada apenas com os atores que não confirmaram o convite a comentários por Aviso de Recebimento, a Comissão deliberou por consenso que a atividade de projeto “Projeto da Hidrelétrica de Inxú” fosse **mantida em revisão** para atender as seguintes exigências:

a) É necessário que o proponente realize a reunião pública presencial com todos os atores envolvidos, interessados e/ou afetados pelas atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, conforme descrito na Resolução CIMGC nº 10, de 22 de maio de 2013, abaixo transcrita:

Art. 1º - Na impossibilidade de comprovar a formalização do envio de convites de comentários a um ou mais atores envolvidos, interessados e/ou afetados pelas atividades de projeto ou programas de atividades no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, de acordo com o disposto no art. 3º da Resolução de nº 7 desta Comissão, de 05 de março de 2008, da Comissão Interministerial de Mudança Global de Clima –CIMGC, os proponentes deverão realizar reunião pública presencial com todos os referidos atores.

§ 1º Os convites para a reunião presencial deverão ser encaminhados a todos os atores envolvidos, interessados, e/ou afetados pela atividade de projeto, ou programas de atividades no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, conforme estabelecido nos §§ 2º a 4º do art. 3º da Resolução CIMGC nº 7, de 2008.

2.2 447/2013 - Melhoria do processo de eficiência energética através da substituição do processo de pintura automotiva- (Of. 820/2013 de 14/10/2013, com resposta em 26/11/2013)

Após discutir sobre a questão levantada no decorrer da análise do projeto, referente a não conformidade com os manuais de metodologia do Conselho Executivo do MDL, relativamente a fator de emissão, a Comissão deliberou por consenso que a atividade de projeto “Projeto da Hidrelétrica de Inxú”, tendo sido atendidas todas as exigências do ofício (inclusive aquela de realização do monitoramento hora a hora), fosse **aprovada**.

2.3 450/2013 – Pequena Central Hidrelétrica Bugres CEEE - (Of. 821/2013 de 14/10/2013, com resposta em 02/12/2013)

Após mencionar se tratar de vários projetos apresentados pelo mesmo proponente, discutir sobre a ausência da localização precisa da atividade do projeto, a Comissão deliberou por consenso que a atividade de projeto “Pequena Central Hidrelétrica Bugres CEEE” fosse **mantida em revisão** para atender as seguintes exigências:

a. no Documento de Concepção de Projeto, corrigir o operador aritmético apresentado na fórmula $Re = 12,82\% + 0,83\% (+) 8,29\%$, página 20 do DCP;

- b. revisar e corrigir as coordenadas geográficas da casa de força e os nomes dos rios onde a usina se localiza e no qual há retorno das águas de forma que o Documento de Concepção de Projeto (versões em inglês e português), as licenças ambientais, o Anexo III e a Carta de Retificação CMA.GT_595/2013 apresentem informações coincidentes;
- c. revisar o Apêndice A do Relatório de Validação/*Validation Report* complementando o registro de CARs na Tabela 2, bem como as respostas do participante na Tabela 3, uma vez que o protocolo de validação tem a finalidade de garantir um processo de validação transparente, por meio do preenchimento das tabelas 1, 2 e 3 constantes do Apêndice A do Relatório de Validação/*Validation Report* e ainda que a Decisão 3/CMP.1 “Modalidades e Procedimentos para um mecanismo de desenvolvimento limpo”, Anexo C, parágrafo 6, afirma que as informações utilizadas para determinar a adicionalidade não podem ser consideradas proprietárias ou confidenciais.; e
- d. revisar a descrição da CAR 4 nas Tabelas 2 e 3 do Apêndice A do Relatório de Validação/*Validation Report*, uma vez que as tabelas apresentam divergências quanto ao objeto dessa Solicitação de Ação Corretiva.

2.4 454/2013 – Projeto MDL das PCHs Tambaú, das Pedras e Rio do Sapo (JUN1132), Brasil - (Of. 837/2013 de 11/12/2013, com resposta em 13/01/2014)

Após discutir sobre necessidade de esclarecer os impactos a jusante e a montante das PCHs, data do Documento de Concepção de Projeto, entre outros fatores, a Comissão deliberou por consenso que a atividade de projeto “Projeto MDL das PCHs Tambaú, das Pedras e Rio do Sapo”, colocada em revisão, pela CIMGC, em sua 77ª reunião ordinária de 09 de dezembro de 2013, atendeu parcialmente às solicitações de esclarecimentos/correções, sendo, portanto, **aprovada com ressalvas**, para atender às seguintes exigências:

- a) Encaminhar as declarações da Rio do Sapo Energia S.A. de conformidade com a legislação ambiental e de indicação do responsável pela comunicação com a Secretaria da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.
- b) Encaminhar a licença ambiental de instalação válida para a PCH das Pedras, uma vez que o documento encaminhado está vencido desde maio de 2012.
- c) Em relação ao Documento de Concepção do Projeto:
 - Revisar o DCP e corrigir a pontuação utilizada para separação de milhares ou de casas decimais, como o observado no 6º e 7º parágrafos da página 2 da versão em português;
 - Traduzir para o português o item A.3. *Technologies and/or measures*, página 5 da versão em português;
 - Disponibilizar publicamente uma versão não-confidencial dos cálculos da TIR de cada uma das PCHs, uma vez que a Decisão 3/CMP.1 “Modalidades e Procedimentos para um mecanismo de desenvolvimento limpo”, Anexo C, parágrafo 6, afirma que informações utilizadas para determinar a adicionalidade não podem ser consideradas proprietárias ou confidenciais;
 - Esclarecer, no item B.6.4 do Documento de Concepção do Projeto, que apresenta o Sumário da estimativa *ex-ante* de reduções de emissões, quais PCHs estão sendo consideradas para o cálculo das emissões de linha de base, emissões do projeto, fuga e reduções de emissão por ano, constantes da tabela apresentada, de acordo com entrada em operação de cada uma delas.

- Esclarecer a opção pelo monitoramento mensal do parâmetro $EF_{grid,OM-DD,y}$, quando está previsto na “Ferramenta para calcular o fator de emissão para um sistema elétrico” que este parâmetro deve ser monitorado anualmente;
- Revisar o conteúdo do item (1) da sessão *Monitoramento de dados*, página 37, que apresenta conteúdos diferentes nas duas versões. Sugerimos que seja mantido o texto da versão em português que melhor reflete os dados que deverão ser utilizados no monitoramento; e
- Revisar e corrigir a informação constata no item 3) *Fatores de Emissão* - $EF_{grid,CM,y}$, $EF_{grid,OM-DD,y}$ e $EF_{grid,BM,y}$ o qual informa que os fatores de emissão de CO₂ envolvidos na estimativa *ex-ante* das reduções de GEE são correspondentes à 2011, quando na realidade foram utilizados dados de 2012.

d) Em relação ao Relatório de Validação:

- Revisar todo o documento e corrigir a pontuação utilizada para separação de milhares ou de casas decimais, por exemplo no valor da área do reservatório da PCH Rio do Sapo, página 15;
- Uma vez que a tradução deve ser fiel à versão em inglês, revisar e corrigir informações não coincidentes nas versões em português e em inglês, por exemplo:
 - Número do relatório descrito na página 2;
 - Valor da TJLP descrita na página 32 da versão em português;
 - Valor da Bg e TFSEE descritos na página 34 da versão em português;
 - Descrições dos Meios de validação da ICONTEC dos parâmetros $EF_{grid,CM,y}$, $EF_{grid,OM-DD,y}$, $EF_{grid,BM,y}$, APJ – SHP Tambaú, APJ – SHP das Pedras e APJ – SHP Rio do Sapo apresentados na *Tabela 15: Dados e Parâmetro ex-post*, páginas 40 e 41 da versão em português;
 - Valor médio anual das emissões de linha de base para a atividade de projeto apresentado na página 43 da versão em português; e
 - Descrição das funções das Sras. Erika Lucia Ortiz Urrego e Francy Milena Ramírez Torres constantes nas páginas 92 e 94 da versão em português;
- Traduzir e inserir na versão em português trechos dos documentos em inglês que estão ausentes, como:
 - Texto introdutório da Tabela A2, página 73 da versão em inglês; e
 - Informações referentes à CL 15 constantes na página 84 da versão em inglês;
- A CL 14 faz referência, entre outras questões, à citação equivocada no PDD do ano em que foram coletados dados de EF. A CL foi encerrada sem que o erro tenha sido corrigido pelo proponente, conforme apontado no item 5.1.6; e
- Corrigir os dados relativos à CAR 3 nas duas versões do documento, uma vez que o Manual para submissão de atividades de Projeto no âmbito do MDL, página 23, afirma que no Relatório de Validação não deve constar nenhuma ressalva ou ação corretiva pendente. O fato da Carta de Aprovação só ser emitida pelo Governo Brasileiro após a validação não deve constar como uma pendência, devendo esta questão ser esclarecida com a seguinte frase: “Previamente à submissão do Documento de Concepção do Projeto e do Relatório de Validação ao Conselho

Executivo do MDL, o Projeto deverá obter a aprovação por escrito da participação voluntária da AND do Brasil, inclusive que o projeto contribui para que o país atinja o desenvolvimento sustentável.

e) Encaminhar documentos (contrato social) que comprovem a legitimidade dos Diretores Administrativos das empresas Tambaú Energética S.A e Euclides Maciel Energética S/A como seus representantes.

f) Em relação ao Anexo III:

- Caso haja alguma fonte afirmando o termo “impacto ambiental praticamente nulo” (página 1 do Anexo III) favor citá-la, caso contrário, retirar o termo e expor os reais impactos.

- Esclarecer de forma detalhada os reais impactos das PCHs sem a comparação entre usinas hidrelétricas maiores, com base em estudos e pesquisas devidamente citadas.

- Ao se falar em impactos a jusante com a manutenção de uma vazão ecológica, considerar todo o ambiente, tanto a jusante quanto a montante do empreendimento. Esclarecer de forma mais detalhada os impactos tanto a jusante quanto a montante.

- Explicar melhor o incremento no segundo setor dos municípios pelo fato deste ser visto como temporário. Levar em consideração na explicação como se dará a manutenção do fluxo de pessoas na região para que a mão-de-obra qualificada possa ser absorvida.

- Explicar melhor a integração regional e a articulação com outros setores pelo fato dos empreendimentos estarem situados em três estados da federação.

Detalhar as atividades de mitigação que garantirão a sustentabilidade do empreendimento.

2.5 455/2013 – Projeto MDL das PCHs Poço Fundo e Providência (JUN1133), Brasil - (Of. 829/2013 de 10/12/2013, com resposta em 13/01/2014)

Após discutir em especial sobre a necessidade de apresentação de licença válida, a Comissão deliberou por consenso que a atividade de projeto “Projeto MDL das PCHs Poço Fundo e Providência” fosse **mantida em revisão** para atender as seguintes exigências:

- a) Em relação à PCH Poço Fundo Energia S.A., o proponente de projeto deverá encaminhar cópia do pedido de Licença de Instalação junto ao órgão ambiental ou encaminhar a devida licença de instalação. Em relação à PCH Providência Energia S.A, o proponente de projeto deverá encaminhar cópia do pedido de solicitação de Licença Prévia ao órgão ambiental.
- b) Deve ser informado no DCP o estágio atual do processo de adequação ao licenciamento ambiental, ou seja, que a emissão das licenças ambientais foi solicitada junto ao órgão ambiental.
- c) O DCP encaminhado possui versão 3.1 de 17/12/2013. Encaminhar o PDD correspondente.

- d) O *Validation Report* e Relatório de Validação são referentes ao PDD/DCP versão 3 de 30/07/2013. As correções exigidas nestes documentos foram realizadas. No entanto, o DCP enviado no item anterior possui versão 3.1 de 17/12/2013. O PDD correspondente não foi encaminhado. Deste modo, o *Validation Report* e Relatório de Validação deveriam ser referentes ao PDD/DCP versão 3.1 de 17/12/2013. Esclarecer. Se necessário, corrigir e encaminhar o DCP/PDD, *Validation Report* e Relatório de validação que serão encaminhadas ao Conselho Executivo. Deve ser observado que projetos utilizando a metodologia ACM 002 “Linha de Base para Geração de Eletricidade Conectada a Rede a partir de Fontes Renováveis” versão 13.0.0 poderão realizar o registro até 04/06/2014.

2.6 441/2013 – Projeto Agrupado de Energia Eólica Renascença e Ventos de São Miguel - (Of. 805/2013 de 19/06/2013, com resposta em 14/01/2014)

A Comissão discutiu e deliberou por consenso que a atividade de projeto “Projeto Agrupado de Energia Eólica Renascença e Ventos de São Miguel”, colocada em revisão, pela CIMGC, em sua 76ª reunião ordinária de 10 de outubro de 2013, atendeu parcialmente as solicitações de esclarecimentos/correções, sendo, portanto, **aprovada com ressalvas**, para atender as seguintes exigências:

- a. No DCP e PDD, revisar o valor informado como aplicado para o parâmetro $EF_{grid,OM,y}$, B.7. *Plano de monitoramento*, uma vez que o dado utilizado foi atualizado, segundo informado no próprio documento.
- b. Revisar o Relatório de Validação (versão em português) e corrigir os erros de vínculo encontrados (**Erro! Fonte de referência não encontrada**);
- c. Encaminhar uma nova versão do Anexo III que incorpore as respostas aos questionamentos feitos pela Comissão.

2.7 451/2013 – Pequena Central Hidrelétrica Ernestina CEEE – (Of. 833/2013 de 11/12/2013, com resposta em 20/01/2014)

A Comissão discutiu e deliberou por consenso que a atividade de projeto “Projeto Pequena Central Hidrelétrica Ernestina CEEE”, colocada em revisão, pela CIMGC, em sua 77ª reunião ordinária de 09 de dezembro de 2013, atendeu parcialmente as solicitações de esclarecimentos/correções, sendo, portanto, **aprovada com ressalvas**, para atender as seguintes exigências:

- 1) Embora tenham sido realizadas várias modificações no PDD em resposta ao Ofício CIMGC 833/2013, de 11 de dezembro de 2013, a versão do PDD encaminhada para análise da CIMGC (versão 5) apresenta data anterior à do referido ofício (24 de outubro de 2013). O próprio *Validation Report* (revisão 5.2, de 07 de janeiro de 2014), encaminhado junto ao referido PDD, faz menção e aprova a versão nº5 de 24/10/2013 do PDD. Solicitam-se as devidas correções. É importante observar que as correções feitas devem estar refletidas, também, nos respectivos documentos traduzidos (DCP e relatório de validação).

2.8 456/2013 - Projeto Energia de usinas de energia eólica - (Of. 836/2013 de 11/12/2013, com resposta em 22/01/2014)

A CIMGC discutiu e deliberou por consenso que a atividade de projeto “**Projeto Energio de Usinas de Energia Eólica**” fosse **mantida em revisão** para atender as seguintes exigências:

- 1) - Encaminhar à CIMGC o Relatório de Validação, versão em inglês e a versão em português correspondente, contendo as alterações feitas em atendimento à solicitação da Comissão. Indicar, inclusive, que a nova revisão do relatório aprova a versão 8, de 15/01/2014 do PDD. Observar que tendo sido feita alteração no *Validation Report*, o número e a data da revisão também deverão ser alterados, uma vez que a carta de aprovação do governo brasileiro faz menção às datas e números das versões/revisões dos documentos para os quais confere a referida carta.

Obs.: As correções solicitadas por meio do ofício 836/ MDL/2013/CIMGC, não foram efetuadas na versão em português do Relatório de Validação e não consta na documentação encaminhada à CIMGC a versão em inglês do referido relatório.

3 Deliberação sobre projetos de MDL submetidos à Comissão em 09 de dezembro de 2013:

3.1 458/2013 - PCH Ijuizinho II CEEE - Recebido em 14/11/2013

O representante do MCTI expôs os motivos pelos quais a atividade de projeto fosse aprovada com ressalvas, manifestou notar problemas em relação a pontos que justificariam aprovação com ressalvas.

A representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA) observou a questão de licenças apresentadas estarem vencidas e com protocolo de renovação ultrapassado, pedindo explicação quanto ao status do licenciamento.

O representante do Ministério de Minas e Energia levantou discrepância com relação ao tamanho do reservatório, o que se reflete em diferença no cálculo das reduções de emissões.

A Comissão discutiu e deliberou por consenso que a atividade do “**Pequena Central Hidrelétrica Ijuizinho II CEEE**” fosse **aprovada com ressalvas** para atender as seguintes exigências:

- a. Esclarecer o andamento da análise da licença de instalação solicitada, através de apresentação de documento informativo do órgão ambiental, ou apresentar a Licença de Instalação da nova PCH, caso tenha conseguido. Adicionalmente, solicita-se documentação recente e válida da Licença de Operação da PCH já existente, ou informação se ela teria sido desativada, visto que a licença de operação apresentada era válida até 11/12/2012.
- b. Encaminhar o estatuto social da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT demonstrando como a empresa é representada.
- c. Informar o tamanho correto do reservatório a ser formado pela nova PCH, já que o DCP/PDD informa que o reservatório passará de 0,038 km² para 1,01 km², ao passo que o documento referente ao Anexo III informa que o reservatório existente passará de 0,038 km² para 0,61 km².

- d. Em relação ao Documento de Concepção do Projeto:
- A data de início da atividade de projeto está descrita como sendo como 01/março de 2014 na página 15 do PDD e 14 do DCP, enquanto que na página 30 do PDD e página 31 do DCP está descrita como 01/Dez/2013. Corrigir a informação em todo o documento.
- e. No *Validation Report* e Relatório de Validação:
- Na página 12 de ambos os documentos: o link no primeiro parágrafo do item 4.2 está errado.
 - Na página 23 de ambos os documentos é mencionado que a consulta global iniciou-se em 16 de janeiro de 2013, no entanto, conforme na página 2 de ambos os documentos e no site da UNFCCC é mencionada a consulta global iniciou-se em 28 de fevereiro de 2013. Corrigir a informação em todo o documento e em ambos os documentos.
 - Na página 34 do *Validation Report* e na página 35 do Relatório de Validação: o link, que leva à página da base de dados da ANEEL, quando acessado apresenta mensagem de erro: “There is a problem with the resource you are looking for, and it cannot be displayed”.
 - Na página 110 do *Validation Report* e Relatório de Validação, é mencionado que as cartas convites foram recebidas entre 02/12/2011 e 06/12/2011, no entanto as cartas convites enviadas à CIMGC foram recebidas entre os dias 02 e 26/12/2011. Corrigir a informação em ambos os documentos.
- f. No Anexo III:
- a) *No item contribuição para a sustentabilidade ambiental local*
- Caso haja alguma fonte afirmando e comprovando a utilização do termo “minimização e/ou eliminação dos impactos ambientais” (página 5 do Anexo III) favor citá-la, caso contrário, retirar o termo e expor os reais impactos.
 - Esclarecer de forma detalhada os reais impactos das PCHs sem a comparação entre usinas hidrelétricas maiores, com base em estudos e pesquisas devidamente citadas.
 - Detalhar as atividades de mitigação que garantirão a sustentabilidade do empreendimento.
- b) *No item Contribuição para o desenvolvimento das condições de trabalho e a geração líquida de empregos*
- Esclarecer melhor como a ampliação da geração de energia de uma PCH, e não a instalação de um novo empreendimento, contribuiria para o desenvolvimento das condições de trabalho e geração líquida de emprego

4. Novos projetos recebidos pela Secretaria Executiva da CIMGC:

O Secretário Executivo pediu compreensão quanto à dificuldade de acesso ao ambiente restrito da página do MCTI, problema que, enquanto não fosse resolvido, seria tratado com solução paliativa, de envio dos documentos por e-mail ou link próprio.

Foram lidos os dados dos novos projetos.

4.1. 459/2013 - Pequena Central Hidrelétrica Rondinha - **Recebido em 23/12/2013;**

4.2. 460/2014 - Projeto PCH Marco Baldo de redução de emissão de gases de efeito estufa (denominado PCH Marco Baldo) – **Recebido em 15/01/2014;**

4.3. 461/2014 – Atividade de Projeto MDL Pequena Central Hidrelétrica Segredo - **Recebido em 20/01/2014;** e

4.4. 462/2014 - Atividade de Projeto MDL da Pequena Central Hidrelétrica Ilha Comprida - **Recebido em 20/01/2014.**

5. Informes da Secretaria Executiva:

5.1 Apresentação do 3º produto da consultora Flavia Frangetto

O Secretário Executivo convidou a consultora Flavia Frangetto a apresentar seu produto relativo à análise e sugestão de como proceder para simplificar as normas de MDL da CIMGC.

Esclareceu tratar-se de um produto entregue à Secretaria Executiva que mereceria ser compartilhado com os membros da CIMGC. A consultora expôs o produto, apresentando os slides do documento “Normatização da CIMGC”.

A consultora explicou que o objetivo da consultoria era avaliar e propor melhorias nas normas editadas pela CIMGC. Explicou que fez uma avaliação do panorama da normatização, com vistas a subsidiar os trabalhos da CIMGC, sua Secretaria Executiva e auxiliar os próprios destinatários participantes de atividades de projetos de MDL. Sua exposição trouxe uma reflexão como contribuição para a instituição de um “sistema do MDL”. Fez um diagnóstico a partir de levantamento das 11(once) Resoluções editadas entre 2003 e 2013, ponderando poder ser pertinente investir em um reforço da técnica legislativa, com vistas a uma espécie de “Código do MDL”. Trouxe à colação a proposição de uma Resolução Sistematizadora, resultante de consolidação a partir de exercícios de identificação de enquadramentos regulatórios segundo a necessidade de disciplinar o conteúdo de cada Resolução em vigor. Explicou que essa proposição envolvia uma engenharia normativa que conferisse dinamicidade ao conteúdo disciplinado por Resolução, em um formato que permitisse atualização dos anexos e procedimentos de forma organizada e instantânea, bem como que possibilitasse modificações expressamente, de modo a manter a Resolução principal sempre íntegra. Trouxe exemplos. Agradeceu aos presentes a oportunidade de compartilhar suas ideias preliminares constantes deste produto da consultoria.

O Secretário Executivo fez o adendo que a proposta retrata opinião da consultora, ainda não tendo sido ratificada no detalhe pela Secretaria Executiva, mas que já fora aprovada enquanto produto de consultoria. Sugeriu que o produto fosse circulado entre os membros da CIMGC, para servir de subsídios para ser discutida, quando oportuno, uma proposta que pudesse efetivamente traduzir as necessidades da CIMGC, avaliando-se se cada ideia das resoluções da CIMGC foi absorvida e no que o fluxo de normas poderia ser melhorado.

Abriu a palavra aos membros para solicitarem à consultora esclarecimentos sobre a intenção de sua proposta e eventuais pormenores.

Houve debate.

A primeira pergunta, feita pelo representante do Ministério das Cidades (MCidades), foi para se certificar do entendimento, indagando se o proposto foi uma resolução mestre que delineasse o formato da comissão e que todos os procedimentos ficassem em

manual, de conteúdo técnico, cujas alterações ficassem a cargo de uma área técnica sem necessidade de alterar resolução.

A consultora explicou que a ideia consistia em ter especificidades de procedimentos especiais constando, sim, de um manual, graças a autorização em resolução para este detalhamento por meio de instrumento normativo acessório, o manual.

O representante do MCidades perguntou se encaminhamentos e outras questões técnicas ficariam para este manual. Ao que a consultora respondeu afirmativamente.

O representante do MCidades questionou ainda se na resolução teria um capítulo a alteração do manual. A consultora respondeu que essa proposição poderia estar prevista no regimento da CIMGC podendo ser detalhada, se necessário, na resolução. Seria um código de MDL, compreendendo as resoluções, manual e formulário eletrônicos.

O representante do MCidades concluiu ser favorável em trabalhar com este manual.

A representante do Ministério dos Transportes (MT) comentou que a CIMGC precisava mesmo revisar o regimento. Perguntou se a nova estrutura da Resolução Consolidadora já poderia agregar uma reforma do regimento da CIMGC. Indagou se a proposta era consolidar e fornecer acesso a links para o manual, com alterações aprovadas pela CIMGC. Sugeriu que ao título Sistema do MDL pudesse ser acrescida informação, ficando algo como Sistema de aprovação de projetos de MDL no Brasil. Disse que corroborava a ideia, achava-a interessante. Colocou-se à disposição para ajudar, reforçando que a alteração fosse feita junto com a alteração do regimento interno.

A representante do Ministério da Fazenda perguntou se essa resolução revogaria todas as outras e se colocaria os novos termos em que o sistema iria funcionar a partir desta alteração. A consultora respondeu afirmativamente, que a revogação poderia se dar por meio da nova resolução ou por uma resolução anterior.

O representante do Ministério do Planejamento indagou quais seriam as implicações para a estrutura normativa da CIMGC. A consultora explicou que seriam mantidos o decreto da CIMGC, que poderia haver nova portaria com novo regimento e uma nova resolução principal que remetesse ao manual e formulário eletrônicos.

O representante do Ministério das Relações Exteriores apontou a edição de resoluções mais frequentes como outra possível implicação, caso houvesse necessidade de alterar o manual por resolução. Também questionou em qual sentido foi feita a referência a novos mecanismos. O Secretário Executivo esclareceu que qualquer referência no âmbito de uma resolução sistematizadora teria que servir para organizar normas aprovadas pela CIMGC de maneira integrada e condizente com o intento de facilitar a compreensão do proponente do projeto e dos membros da CIMGC acerca das normas vigentes no momento presente.

O Secretário Executivo sugeriu que o assunto fosse retomado em ponto de pauta na próxima reunião.

5.2 Publicação dos TRs para contratação de parecerista, elaboração do estudo do MDL e contratação de um especialista para realização de um estudo sobre os fatores de emissão.

O Secretário Executivo informou que foram publicados os Termos de Referência em epígrafe, pedindo sua ampla divulgação.

6. Outros assuntos:

O Secretário Executivo trouxe a notícia de que foi publicada no Diário Oficial a efetivação de todos os membros da CIMGC.

O Secretário Executivo retomou a questão da melhoria dos trabalhos das Entidades Operacionais Designadas (EODs), trazendo o exemplo de potenciais prejuízos atrelados aos esforços da Secretaria Executiva da CIMGC na tentativa de corrigir problemas no *Validation Report*, por meio de reiteradas aprovações com ressalvas. Relatou o entendimento de integrantes da Secretaria Executiva segundo o qual rever os trabalhos das EODs não seria um papel da AND, mas sim, no mínimo, exigir qualidade do projeto e real capacidade de redução de emissões. Lembrou a alternativa de um canal de serviço aos proponentes de projeto que o Conselho Executivo do MDL estava por criar e para o qual requereu divulgação, na página do MCTI, como uma chamada avisando aos proponentes descontentes com o trabalho de EODs que se comunicassem diretamente com o Conselho Executivo. Fez menção às Secretarias Regionais de Apoio às Autoridades Nacionais Designadas (ANDs), em especial à criação da unidade de apoio para a região do Brasil, na Colômbia (Caracas), citando ser interessante verificar se ela teria alguma atribuição relativa à melhoria dos trabalhos das EODs. O representante do MME questionou o tipo de erro identificado nos projetos, no intuito de compreender o papel que a CIMGC estava assumindo ao vincular as correções à emissão da carta de aprovação. O Secretário Executivo explicou que a natureza dos erros era de forma, como falhas de tradução, aspecto relevante em relação à necessidade da documentação na versão em inglês corresponder à versão em português, de modo a não haver incompatibilidade entre o documento assinado pelo Ministro (a carta de aprovação relativa a Documento de Concepção de Projeto analisado em português) e a documentação enviada à apreciação do Conselho Executivo do MDL (Documento de Concepção do Projeto analisado em inglês). Assinalou que pessoalmente não via outra saída senão corrigir esses erros, bem como que os projetos não eram obstaculizados por erros de forma, sendo apenas reiteradamente aprovados com ressalvas até a superação dos erros. Retomou a questão-chave: “a CIMGC precisa avaliar o relatório de validação?”. Comentou, ademais, a decisão do Brasil de apenas dar a carta de aprovação após o relatório de validação, informando que outros países ainda estavam caminhando no sentido de atingir o que o Brasil já estava fazendo desde o princípio, emitir cartas de aprovação realmente “aprovadoras” do projeto, o que era muito diferente de atestar que a carta somente fosse válida depois de realizadas certas condicionantes, como a superveniência de licença. Observou, por fim, que talvez os proponentes em geral desconhecessem os defeitos dos projetos resultantes de problemas da EOD, principalmente à medida que fossem supridos pela CIMGC. Mas que se conhecessem os problemas, talvez lhes faltasse o conhecimento de que podem reclamar perante o Conselho Executivo do MDL. Acrescentou que o desenvolvedor de projeto (e não o proponente de projeto), este certamente acabava por tomar ciência desses problemas, na medida em que se relacionava com a EOD contratada. Solicitou aos membros da CIMGC que amadurecessem um encaminhamento a respeito da questão, ponderando o quanto cabe à CIMGC apoiar o proponente de projeto nas deficiências do processo do MDL.

O Secretário Executivo trouxe um informe, que o Itamaraty enviou a indicação da CGMGC como Entidade Nacional Designada no âmbito da Convenção. Disse que o MCTI agora está buscando formas de fazer avaliação sobre necessidade de Transferência de Tecnologia. Falou que manteria a Comissão informada sobre Entidade Nacional Designada. A Representante do Ministério dos Transportes solicitou que houvesse um mecanismo da CIMGC ter como conhecer a matéria. Discutiu-se sobre essa possibilidade e o MCTI foi convidado pela CIMGC a trabalhar com maiores informações sobre transferência de tecnologia para trazer informações sobre a matéria à CIMGC.

A representante do MT solicitou elucidação acerca das situações em que se deve considerar o projeto em revisão e aquelas em que se deve considerar aprovado com ressalvas, a fim de ter desenhado um limite da atuação da CIMGC em relação às possibilidades de apreciação dos projetos.